

ATA DA 310ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 09 de Maio de 2014

No nono dia do mês de maio de dois mil e catorze, às catorze horas, no CEDCA, situado a rua Correia de Araujo, 93, Graças, Recife/Pernambuco é realizada trecentésima décima Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros(as): Jaciara Santos Arruda, conselheira titular do **Centro Brasileiro da Criança e Adolescente - Casa de Passagem Ana Vasconcelos**; Nivaldo Pereira da Silva, titular do **Centro de Estudos e Desenvolvimento Social - CEDES**; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, titular da **Associação Comunitária Inajá Mendes**; Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, titular do **Gabinete do Governador**; Lidyane Lopes de C. Ferreira, **titular da Secretaria da Criança e da Juventude** e Almeri Bezerra de Mello, suplente da **Secretaria da Criança e Juventude**; Aristeia José Do Nascimento Viegas e Santana, titular da **Secretaria de Planejamento e Gestão**; Natuch Pinto de Lira suplente do **CENDHEC**; Regina Celi de Melo André, titular da **Secretaria de Educação**; Ana Lucia Gusmão Brindeiro **suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**; Fabiana Novelino Mariz, suplente do **Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE/PE**, Lourdes Viana Vinokur, titular da **Associação PODE**, **Alexandra Fam Galvão Machado e Silva**, titular da **Secretaria de Saúde**; Jorge Luiz de Melo Pereira, titular da **Secretaria de Defesa Social** e Giselly da Silva Pereira, suplente da **Secretaria de Defesa Social**; Josenildo André Barboza, **titular da CEDECOMST**. Também se registra a presença da **Diretora Executiva do CEDCA**, Lídia de Oliveira Lira e dos seguintes membros da equipe técnica do CEDCA: Ana Paula Leão, Márcia Maria Santos, Clemente Neto, Ana Elisabeth Hale e Mariama Oliveira. Outras participações: Maria Elizabeth B. de Medeiros Conselheira Tutelar de Fernando de Noronha, José Fernando da Silva consultor da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Cilene Maria Gomes Aragão coordenadora da Gerência de Proteção Básica da SEDSDH; Dr. Fátima Souza, coordenadora de Saúde do Distrito de Fernando de Noronha. A Plenária é coordenada pela presidente Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, que inicia os trabalhos apresentando a pauta da Assembleia, a qual foi aprovada após a leitura. O setor sociopedagógico apresenta as ata da Assembleia Ordinária trecentésima nona que foi aprovada. Por solicitação do conselheiro Josenildo a ata da centésima décima quarta Assembleia Extraordinária será revista pelos conselheiros. O conselheiro Mallon Francisco informa ao pleno o falecimento do conselheiro de Lagoa de Itaenga, José Rufino, e questiona se o CEDCA enviou uma nota de pesar para a família do conselheiro, se não, solicita que seja feita. O conselheiro Josenildo, quanto à locomoção para participação nos plenos, reafirma que as condições mínimas devem ser garantidas pelo CEDCA para que todos os conselheiros estejam presentes e sugeriu que a Diretora Executiva tome as devidas providências para o caso. A presidente Rosa Barros apresentou o novo titular da Secretaria de Defesa Social, conselheiro Jorge Lima, e a sua suplente, Giselly Pereira, bem como solicitou que todos presentes à Assembleia se apresentassem para os novos membros do Conselho. A conselheira Lourdes Viana informa que a Escola de Conselhos fez parceria com a Prefeitura de Pesqueira para a realização do curso de

Capacitação que atenderá aos Conselheiros Tutelares e de Direito, com carga horária de duzentas h/a. O conselheiro Josenildo elogia a Escola de Conselhos pela qualidade do curso em Serra Talhada e Afogados da Ingazeira, por ressaltar nas atividades os problemas específicos da Região. A conselheira Alexandra Fam informa que no dia catorze de maio haverá um evento no auditório da Secretaria de Saúde do Bongi, cuja mesa redonda será composta por um integrante do Serviço de Atendimento de Violência Sexual da FAFIRE, um representante do CEDCA (com indicação do conselheiro Nivaldo Pereira) e um representante do Ministério Público, não confirmado. O conselheiro Nivaldo Pereira lembrou a necessidade de informar aos Conselhos Municipais sobre o processo de escolha do adolescente para a X Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, informa ainda que o CONANDA disponibilizou um consultor nacional (Fernando Silva), que dará suporte para a elaboração dos Planos Estaduais Socioeducativos, informa ainda que a Escola de Conselhos já iniciou cursos de aperfeiçoamento de conselheiros em vários municípios. A conselheira Jaciara sugere que o Plano de Convergência seja transformado em política pública, informa ainda que a 9ª reunião da Agenda de Convergência Nacional será em Brasília nos dias dezoito à vinte e hum de maio e que a mesma será a representante do CEDCA e da Agenda de Convergência Estadual e repassa a programação do dezoito de Maio. Em seguida a presidente Rosa Barros leu o ofício do UNICEF, comunicando o segundo Ciclo de Capacitação e solicita que o CEDCA entre em contato com o UNICEF para que a agenda do evento seja disponibilizada. Também considera importante o apoio do FEPETIPE na divulgação do Edital do Concurso Arte Livre e defendeu a importância do CEDCA fazer parte da coordenação do FEPETIPE, o que foi aprovado pelo Pleno. A conselheira Jaciara informa que durante o Campeonato Pernambucano de Futebol a Federação liberará a entrada de alguns membros do FEPETIPE para divulgar a campanha contra o trabalho infantil. O Sr. Fernando Silva inicia a apresentação sobre o seu trabalho de consultoria para a elaboração dos Planos Estaduais Socioeducativos, e lembra o papel do CEDCA de articulador dos diagnósticos para a elaboração do Plano Estadual. A presidente Rosa Barros disse ser necessário formar uma comissão para acompanhar o processo de construção do Plano. O Pleno decide que os integrantes desta comissão sejam os mesmos da Comissão FUNASE: Mallon, Gisele, Josenildo, Natuch, Lourdes, Jaciara e Lidyane e Rosa Barros, ficando agendada uma reunião para o dia vinte e três de maio no CEDCA, às oito horas e trinta minutos. A conselheira Lourdes Viana afirma que o CEDCA precisa de posicionar sobre as graves violações de direito sofrida por crianças e adolescentes no Distrito de Fernando de Noronha, entre eles, o direito de nascer e o direito estudar. O conselheiro Mallon Francisco sugere que os conselheiros que fizeram a visita técnica ao distrito, apresentem o relatório em relação as violações de direito na ilha. O conselheiro Natuch apresentou o relatório salientando alguns pontos: a comissão do CEDCA se reuniu com representantes da Escola, da Creche, do CRAS, da Delegacia e do Conselho Tutelar, não houve reunião com a equipe da saúde; a Escola e a Creche informaram que todos os alunos estavam matriculados, não estando ninguém na condição de ouvinte; o CRAS funciona precariamente com apenas uma assistente social, no prédio da Administração; o trabalho em rede não funciona; o SIPIA não funciona devido a baixa velocidade de internet; os registros da delegacia em relação às violências e exploração sexual, não foram detalhados pelo fato do delegado estar substituindo o titular que está de férias ; alguns encaminhamentos são feitos de maneira informal pelo Ministério Público – MP/PE, não havendo registro documental; a remuneração dos conselheiros tutelares é inferior a

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 – Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

remuneração de outros profissionais da Ilha; não há veículo disponível para a realização do trabalho dos conselheiros; o Conselho tutelar, fugindo de suas atribuições, acompanhou o cumprimento de medida socioeducativa de uma adolescente na ilha, por não haver equipe para isto. A conselheira Regina Celi, explicou a ausência do Secretário de Educação Ricardo Dantas, e que foi indicada para representar a SEE, e sobre as matrículas não realizadas no Distrito de Fernando de Noronha esclareceu que foi emitida uma nota técnica pela Gerência de Educação Organizacional, em que esclarece aos gestores escolares que não pode ser negado o direito à educação de nenhuma criança ou adolescente. “Não aceitar alunos é crime” é uma das frases que consta na nota técnica, com base na Constituição Federal, no ECA, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases, assim como outros documentos que tratam da garantia de direitos, informou ainda que a Escola Arquipélago pertence a Gerência Regional de Educação - GRE Recife Norte. Salienta que por parte da SEE não houve violação de direitos das crianças e que, quando indagado pela secretaria o gestor da Escola confirma que os alunos estão matriculados. Em seguida a conselheira Alexandra Fam, justifica a ausência da Dra. Ana Maria secretária de saúde, e comunica que foi indicada para representá-la no Pleno, e justifica; “quanto ao direito de nascer, como vem sendo questionado por este conselho, estamos prezando por esse direito, mas não é viável nascer em Fernando de Noronha, pois não há estrutura para esse procedimento e seria arriscado para as mães e os bebês, principalmente em casos onde ocorrem complicações durante o parto”. Apresentou, ainda, dados com números de crianças que “nasceram” em Fernando de Noronha de dois mil e onze à dois mil e treze. Dra. Fátima Souza relata que o direito de nascer saudável é essencial, mas não tem como manter uma maternidade funcionando no Distrito, devido a vários aspectos; falta de infraestrutura; falta de profissionais habilitados que queiram trabalhar no Distrito, pois, no último concurso da Secretaria de Saúde não houve candidatos para trabalhar em Fernando de Noronha, esclareceu ainda que as gestantes tem acompanhamento pré-natal junto às famílias, em suas residências e, que a Rede Cegonha do IMIP é quem se encarrega da assistência às mesmas. O conselheiro Mallon Francisco salienta que enquanto cidadãos brasileiros é preciso cumprir as normativas vigentes no país, e neste caso garantir o direito à convivência familiar e comunitária, além de assegurar às crianças de Fernando de Noronha direitos específicos para ilhéus. A conselheira Lourdes Viana salienta que o zelo que a Secretaria de Saúde dispensa as crianças de Fernando de Noronha, deveria ser também atribuído as outras crianças de Pernambuco, a exemplo das crianças de Manari, Flores e outros municípios. Destaca ainda que a conselheira Regina Celi foi muito feliz em trazer a Nota Técnica. A conselheira Jaciara mencionou que durante evento em Cuiabá foi questionada sobre a situação de Fernando de Noronha, afirma que é preciso um trabalho mais articulado e que é papel desse Conselho tomar providências da situação e entende ser muito sério a mulher parir sem condições, mais sério ainda é ela ser privada do seu convívio familiar e comunitário, sugere que sejam chamados; o MP/PE e o Administrador de Fernando de Noronha para uma reunião no CEDCA. O conselheiro Josenildo sugeriu que, antecedendo a esta reunião seja feito um diagnóstico de Fernando de Noronha, enfatizou que o diagnóstico foi definido no Planejamento de dezembro de dois mil e treze. A Sra Maria Elizabeth B. de Medeiros, mencionou sua indignação em constatar a falência do sistema de saúde de Fernando de Noronha, os valores gastos em salva-aéreo e as violências sofridas pelas crianças e adolescentes por ficarem abandonadas enquanto os pais precisam trabalhar. A Sra. Cilene Gomes, constata que o CRAS, por ser um equipamento social de proteção

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 - Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

básica, já não atende as famílias de Fernando de Noronha por estarem em situação de vulnerabilidade social, neste caso há necessidade de proteção especial, que é papel do CREAS, no entanto, esse equipamento exige que o município tenha, no mínimo, dois mil e seiscentos habitantes, não sendo o caso de Fernando de Noronha. A conselheira Jaciara solicita que seja decidida a metodologia a ser aplicada no diagnóstico, se Santander ou Amigos de Valor, e pede que seja notificada a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos para que seja implantado um CREAS em Fernando de Noronha, independente das especificidades exigidas. O conselheiro Mallon Francisco solicita ao conselheiro Josenildo uma breve apresentação da Plataforma Santander, no que foi atendido. A conselheira Ana Gusmão informa que a metodologia da Plataforma Santander é voltada para crianças e adolescentes, recomenda que seja apresentada no próximo Pleno, a metodologia do Governo Presente, atendida a solicitação pela presidente Rosa Barros. A presidente apresenta os informes e encaminhamentos. Em relação às ausências da administração de Fernando de Noronha nas reuniões do CEDCA, a presidente solicita que sejam enviados novos convites; ao administrador, ao MP/PE, e ainda solicita que seja definida a metodologia para o diagnóstico de Fernando de Noronha. **Câmara de Orçamento** inicia com a deliberação de não analisar o Projeto Arquitetônico do CENIP Abdias de Carvalho por violar a Lei do SINASE, também foi deliberado uma representação ao MP/PE, ainda foi informado que o Dr. Josenildo recebeu a Nota Técnica e manifestou estar de acordo com o documento e encaminhou para que os arquitetos do órgão fizessem a vistoria, a advogada do CEDCA, Ana Leão, informou que por solicitação da Diretora Executiva deste Conselho, em sete de maio de dois mil e quatro, entrou em contato com o Promotor de Justiça da trigésima nona Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, e o Ilmo Dr. Josenildo, e o mesmo informou que a obra está parada, que irá avaliar laudo elaborado por Engenheiro do MPPE. A conselheira Lourdes Viana fez a leitura do parecer da matéria da análise das plantas e indica uma contradição que um órgão analise um projeto que está fora da lei. A presidente Rosa Barros ratificou a deliberação da câmara em não encaminhar a matéria. Após a discussão sobre o modelo de votação e desempate, deste CEDCA, a advogada do CEDCA, Ana Leão, esclarece o que consta na Lei sobre o referido assunto, o conselheiro Josenildo propõe suspender o debate e fazer uma consulta à PGE, este encaminhamento foi acatado abstenção do voto da conselheira Lydiane. A conselheira Lourdes Viana solicita audiência com Governador do Estado, em caráter de urgência, para tratar de captação de recursos, proposição acatada por toda plenária. A conselheira solicita ainda que aos conselhos municipais de direitos dos municípios de: Caruaru, Olinda, Palmares, Pedra, Lagoa de Itaenga, Recife, Vitória de Santo Antão e Pesqueira os seus Planos de Ação, no modelo da Lei do Fundo a Fundo. Em relação ao tumulto provocado pelos internos do CASEM de Casa Amarela, a sugestão da Câmara é a provocação oficial dessa unidade e da Prefeitura Municipal de Recife sobre as ações efetivas relacionadas ao caso e sugere ainda que sejam apresentados os Planos Operativos da unidade. A Câmara solicita à diretora executiva do CEDCA que o Relatório Anual dois mil e treze – FUNASE, seja repassado para os conselheiros por meio digital. **Câmara de Políticas Públicas** deliberou pela : instauração da Comissão para a construção da agenda com o consultor Fernando Silva (consultor da Secretaria Nacional de Direitos Humanos); elaborar ofício para as secretarias municipais de saúde, reconhecendo as ações positivas no tratamento do tracoma e solicitar também informações sobre a implementação de ação de tratamento; solicitar ao COMDICA de Jaboatão dos Guararapes que confirme junto ao

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 – Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

Conselho Tutelar se há registro sobre a violação de direito à saúde sobre o atendimento ao adolescente Kendle Kelison de treze anos morador do bairro de Sucupira no município de Jaboatão dos Guararapes; em relação ao de caso do professor preso por pedofilia em Pesqueira, a Câmara solicita que a conselheira Lourdes Viana verifique com o Conselho de Direito a possibilidade de desenvolver junto as escolas e CRAS a abordagem da temática (segurança na internet); verificar junto ao Conselho de Direito de Olinda os procedimentos referentes à situação de negligência sobre a morte do adolescente, por choque elétrico, e solicitar as notificações sobre o fato ao Conselho Tutelar, GPCA e Ministério Público; sobre a denúncia de exploração sexual de crianças e adolescentes na Estação do Metrô do Recife, solicitar informações sobre as providências adotadas pelo Conselho Tutelar, Polícia Militar e GPCA; publicizar no site do CEDCA a matéria sobre segurança alimentar e solicitar a cartilha da SAFERNET, Navegar com Segurança, etc.; solicitar ao COMDICA Recife explicações sobre a suspensão das aulas das escolas municipais do Recife que funcionam em regime integral; sugere informações sobre a cobertura dos hotéis, relacionada ao compromisso firmado com o Código de Conduta Ética no Turismo, e agendar reunião com a Comissão; sugere o agendamento de uma reunião com a direção da Associação dos Moradores do Alto Santo Antonio – AMASA – Moreno entidade, sua equipe técnica e conselheiros da câmara de Políticas Públicas; verificar junto ao COMDICA – Recife o registro do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROESD; solicitar à Secretaria de Defesa Social esclarecimentos sobre os procedimentos adotados pela DHPP, de acordo com os esclarecimentos do ofício nº 158/2014 do Conselho Tutelar – RPA V. **Câmara de Articulação e Comunicação** inicia com a sugestão de definição de data para uma reunião com a Comissão Regional e solicitar dos conselheiros representantes regionais a indicação de avaliadores para o Concurso Arte Livre para suas regiões. O conselheiro Josenildo propõe inversão de pauta, sendo em primeiro lugar a apresentação das câmaras. A conselheira Jaciara justifica a ausência da conselheira Gicélia. Em seguida, a presidente agradece a presença e participação de todos(as), encerrando a Assembleia. Para constar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pela presidente.

Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia